



## **Subsídios para a Negociação Coletiva**

# **Impacto orçamentário da elevação para referência de Nível Superior dos Escreventes Técnicos Judiciários do TJSP: implementação gradual (2027-2029)**

*Julho de 2026*

### **Introdução**

Este estudo traz uma análise do impacto orçamentário derivado da hipótese de implementação de proposta de elevação de referência do cargo de Escrevente Técnico Judiciário (ETJ) na Estrutura Remuneratória de Cargos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), da referência "5" (nível médio) para a referência "7" (nível superior), cujos vencimentos básicos estão referenciados no cargo de Oficiais de Justiça. A proposta abrange servidores ativos, aposentados e pensionistas, contingente estimado em cerca de 35,2 mil servidores.

O último estudo prévio realizado pelo DIEESE: *"Estudo técnico sobre impacto orçamentário da mudança dos Escreventes Técnicos Judiciários para Referência de Nível Superior"* (maio de 2026) estimou que o impacto total e imediato da proposta completa, ou seja, considerando no cálculo o reenquadramento de cada servidor na mesma classe/grau (ex.: 5-A para 7-A, 5-C para 7-C, 5-G para 7-G, etc.), representaria um montante total adicional de R\$ 1,26 bilhão ao ano. Contudo, no estudo também foi apresentada uma estimativa do impacto de proposta de implementação gradual, considerando apenas a elevação de todos para a primeira referência (5A para 7A, gerando uma incorporação da diferença dos vencimentos da primeira faixa/grau correspondente a R\$ 881,09). Assim, considerando essa primeira etapa, o impacto estimado foi de R\$ 413,7 milhões por ano.



Diante da necessidade de respeitar os limites fiscais/orçamentários da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – que, segundo a apuração do 1º quadrimestre de 2026 contida no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao TJ-SP, resultou em um índice de comprometimento com Despesas de Pessoal de 5,34%, portanto próximo do limite de alerta imposto na legislação (5,36%) –, propõe-se neste estudo uma análise em série histórica do impacto orçamentário decorrente da proposta gradual de elevação do Nível Superior dos Escreventes ao longo dos próximos anos (2027-2029), contemplando projeções futuras de crescimento da arrecadação estadual de São Paulo e das despesas com pessoal do Tribunal.

## 2. Metodologia/premissas dos cálculos realizados

A seguir, encontram-se detalhadas as premissas utilizadas para cálculo e apresentação dos indicadores presentes e futuros de Receita Corrente Líquida, de Despesa com Pessoal, dos valores de impacto da elevação de referência dos Escreventes Técnicos Judiciários e dos limites da LRF, considerando os dados apresentados na próxima seção, na Tabela 1.

- **Dados da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):** dados realizados - série histórica do 3º quadrimestre de 2024 ao 1º quadrimestre de 2026. Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do TJ-SP – Siconfi – Tesouro Nacional.
- **Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de São Paulo:** dados de arrecadação efetivamente realizada obtidos a partir dos RGFs do TJSP (Anexo 1) entre o 3º quadrimestre de 2024 e o 1º quadrimestre de 2026. As projeções para 2026 (ano completo) e 2027-2029 foram realizadas com base na previsão de crescimento da RCL indicada no Anexo I – Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027 (SEFAZ-SP, PL 407/2026, 30/04/2026), que projeta crescimento nominal da RCL do estado de SP em 5,31% (2027), 5,20% (2028) e 5,02% (2029).



- **Despesa Total com Pessoal (DTP) do TJ-SP:** os dados relativos às despesas empenhadas foram obtidos a partir dos mesmos RGFs do TJ-SP (Anexo 1) para os quadrimestres de 2024 a 2026. As projeções realizadas para os anos de 2027 a 2029 foram calculadas com base na correção dos valores pelos índices anuais de inflação INPC-IBGE projetados pelo Banco Central (Focus/Bacen: 4,21% em 2027; 3,78% em 2028 e 3,69% em 2029) – previsões realizadas em 09/07/2026.
- **Impacto da proposta de elevação do Nível Superior para Escreventes:** foi considerado apenas o impacto da proposta de implementação gradual – primeira etapa (incorporação da diferença dos vencimentos da referência 5A para 7A para todos os servidores, estimada em R\$ 380.372.698,00 em 2024/2025 e em R\$ 413.700.090,00 em 2026). As projeções realizadas para os anos seguintes (2027-2029) consideram o mesmo critério de correção da Despesa Total com Pessoal, ou seja, pela expectativa dos índices de inflação INPC-IBGE projetados pelo Banco Central.



### 3. Simulação: impacto projetado da proposta do NS para Escreventes sobre a razão DTP/RCL

**Tabela 1** – Relação e Projeção DTP/RCL do TJ-SP com impacto da elevação NS dos Escreventes (1ª referência, 5A para 7A) – 2024 a 2029

| Período             | RCL Realizada /<br>Projetada (R\$) | DTP Realizada /<br>Projetada (R\$) | % DTP /<br>RCL | Impacto NS<br>Escreventes 1ª ref.<br>(R\$) | DTP Total (base + NS<br>Escreventes) (R\$) | % DTP Total<br>/ RCL | Atinge<br>Alerta<br>(5,36%)? | Margem até<br>Alerta (R\$) | Atinge<br>Prudencial<br>(5,65%)? | Margem até<br>Prudencial (R\$) |
|---------------------|------------------------------------|------------------------------------|----------------|--------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------|------------------------------|----------------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| 2024 (3º Quad.)     | 250.793.910.488,38                 | 12.403.767.717,59                  | 4,95%          | 380.372.698,00                             | 12.784.140.415,59                          | 5,10%                | NÃO                          | 658.413.186,59             | NÃO                              | 1.385.715.527,00               |
| 2025 (1º Quad.)     | 256.860.683.783,31                 | 12.679.244.231,40                  | 4,94%          | 380.372.698,00                             | 13.059.616.929,40                          | 5,08%                | NÃO                          | 708.115.721,39             | NÃO                              | 1.453.011.704,36               |
| 2025 (2º Quad.)     | 259.389.753.280,58                 | 13.129.931.990,92                  | 5,06%          | 380.372.698,00                             | 13.510.304.688,92                          | 5,21%                | NÃO                          | 392.986.086,92             | NÃO                              | 1.145.216.371,43               |
| 2025 (3º Quad.)     | 265.761.362.580,37                 | 13.699.699.625,75                  | 5,15%          | 380.372.698,00                             | 14.080.072.323,75                          | 5,30%                | NÃO                          | 164.736.710,56             | NÃO                              | 935.444.662,04                 |
| 2026 (1º Quad.)     | 270.315.717.268,75                 | 14.428.210.252,84                  | 5,34%          | 413.700.090,00                             | 14.841.910.342,84                          | 5,49%                | SIM                          | -352.987.897,24            | NÃO                              | 430.927.682,84                 |
| 2026 (projeção ano) | 273.147.000.000,00                 | 14.428.210.252,84                  | 5,28%          | 413.700.090,00                             | 14.841.910.342,84                          | 5,43%                | SIM                          | -201.231.142,84            | NÃO                              | 590.895.157,16                 |
| 2027 (projeção ano) | 287.651.000.000,00                 | 15.036.186.176,47                  | 5,23%          | 431.132.584,39                             | 15.467.318.760,86                          | 5,38%                | SIM                          | -49.225.160,86             | NÃO                              | 784.962.739,14                 |
| 2028 (projeção ano) | 302.618.000.000,00                 | 15.603.862.349,38                  | 5,16%          | 447.409.563,98                             | 16.051.271.913,36                          | 5,30%                | NÃO                          | 169.052.886,64             | NÃO                              | 1.046.645.086,64               |
| 2029 (projeção ano) | 317.806.000.000,00                 | 16.179.832.116,42                  | 5,09%          | 463.924.345,81                             | 16.643.756.462,23                          | 5,24%                | NÃO                          | 390.645.137,77             | NÃO                              | 1.312.282.537,77               |

Fonte: RGF/TJSP via SICONFI (realizados); PLDO 2027/SEFAZ-SP e Focus/Banco Central (projeções).

Nota: Linhas sombreadas = projeções.



#### 4. Conclusões

O exercício realizado estima que o impacto orçamentário decorrente da proposta de elevação para o Nível Superior dos Escreventes Técnicos Judiciários, considerando a primeira etapa (5A para 7A), apresenta trajetória de convergência fiscal/orçamentária em diversos períodos analisados, não atingindo os limites de alerta e prudencial nos períodos do 3º quadrimestre de 2024 até o 3º quadrimestre de 2025. Entre 2026 e 2027, considerando a projeção anualizada, a razão ultrapassa o limite de alerta, embora já em trajetória de queda em 2027, chegando a 5,38%. Por fim, é possível observar que a partir de 2028, a razão retorna para abaixo do alerta (5,30%, resultando em margem de R\$ 169 milhões), ampliando-se em 2029 (5,24%, resultando em margem de R\$ 391 milhões). Vale destacar, ainda, que em nenhum cenário estimado a proposta de implementação do nível superior ultrapassou o limite prudencial (5,65%).



## ANEXO

### Projeção da Receita Corrente Líquida realizada pela SEFAZ – Governo do Estado de São Paulo

| Ano                 | RCL (R\$ milhões) | Variação nominal |
|---------------------|-------------------|------------------|
| 2026 (reprogramado) | 273.147           | —                |
| 2027                | 287.651           | +5,31%           |
| 2028                | 302.618           | +5,20%           |
| 2029                | 317.806           | +5,02%           |

- Parâmetros usados pela SEFAZ-SP (Sistema de Expectativas Bacen/Focus, consulta 27/04/2026): PIB 2027: +1,80%; 2028: +2,00%; 2029: +2,00%; IPCA 2027: 4,00%; 2028: 3,61%; 2029: 3,50%.
- Fonte: PLDO 2027 (Projeto de Lei nº 407/2026, protocolado em 30/04/2026) – Metas Anuais – p. 37. Disponível em: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/orcamento/Documents/LDO/>